

## Informe

informe@ofluminense.com.br

### 1ª Vara contra o crime organizado

A 1ª Vara Criminal Especializada da Comarca da Capital será instalada nesta quinta-feira (12), às 11h, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A serventia será responsável pelo julgamento dos novos processos abertos no estado envolvendo atividades de organizações criminosas como lavagem de dinheiro, corrupção e ocultação de bens e valores. A transformação da 25ª Vara Criminal da Capital em especializada foi aprovada pelos desembargadores do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por 23 votos a 2, em sessão realizada em 1º de julho.



Divulgação/Prefeitura de Maricá  
Gerente de projetos do IDR apresentou números de trabalho em Maricá

#### Petróleo gera empregos

O Instituto Darcy Ribeiro (IDR), de Maricá, participou do XVI Encontro da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), na Universidade Federal da Bahia, e apresentou resultado de pesquisa sobre o impacto da exploração de petróleo no desenvolvimento regional.

#### Destaque para Maricá

O estudo revela que Maricá e Rio das Ostras se destacam em empregos, com crescimento médio de 7,6% e 8,4% respectivamente, entre 2004 e 2017. “Apesar de os dois municípios registrarem alta, Maricá teve crescimento mais estável”, ressaltou Diego Maggi, gerente do IDR.

#### Acessibilidade na rede municipal

Foi aprovado, na quarta (11), o primeiro projeto de lei do vereador Renatinho (PSOL), de um total de 30 apresentados desde o início do ano. A matéria indica que quadras esportivas da rede municipal de ensino deverão passar por adaptação para acessibilidade à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. A lei prevê ainda a prática de uma ou mais modalidades desportivas reconhecidas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro. “É preciso valorizar pessoas com deficiência. Onde não houver acessibilidade existirá o caos”, defendeu o vereador.

#### Carcaças de navios

A Lei 4.191/03, que cria a Política Estadual de Resíduos Sólidos, foi modificada para regulamentar o descarte dos resíduos das marinas e estaleiros nas lagoas, baías e oceanos, como as carcaças de embarcações. É o que determina a Lei nº 8525/19, do deputado Jorge Felipe Neto (PSD).

#### Abandono pode gerar penalidade

De acordo com a norma, os resíduos sólidos deverão ter destinação final em conformidade com os critérios do Inea. Segundo o deputado, a lei já incluía o lixo produzido por portos e estaleiros, mas agora tipifica com clareza que o abandono de carcaças de embarcações está sujeito a penalidade.

#### Transparência na Dívida Ativa

A Lei 8.520/19, dos deputados André Ceciliano (PT) e Carlos Minc (PSB), que estabelece a transparência nos dados dos maiores devedores inscritos na dívida ativa do Estado, foi sancionada pelo governador Wilson Witzel e publicada pelo Diário Oficial do Executivo nesta quarta (11). Segundo a norma, consideram-se maiores devedores pessoas jurídicas com lançamento na dívida ativa de valores que somados ultrapassem R\$ 2 milhões e pessoas físicas com lançamento na dívida ativa de valores que somados ultrapassem R\$ 200 mil.

#### CURTAS

Agentes de segurança das empresas de transportes públicos vão receber treinamento com o objetivo de conhecer o que diz a Lei “Maria da Penha”, a fim de que possam estar bem preparados para orientar e dar atendimento às mulheres vítimas de assédio e estupro e também para prevenir violência nos transportes públicos. É o que determina a Lei nº 8523/19, de autoria da deputada Enfermeira Rejane (PCdoB), que estabelece um programa de capacitação dos profissionais de segurança através de cursos,

palestras, encontros, debates, seminários e outras atividades.

Foi aprovado na Câmara de Vereadores de Niterói, na noite desta quarta, 11, projeto de lei do vereador Carlos Macedo (Patriota), que garante preferência para pais de dois ou mais filhos, na matrícula na mesma escola da rede municipal, se estendendo também a representantes legais. A medida prevê que eles tenham prioridade para estudar na mesma escola, próxima à respectiva residência, devidamente comprovada.

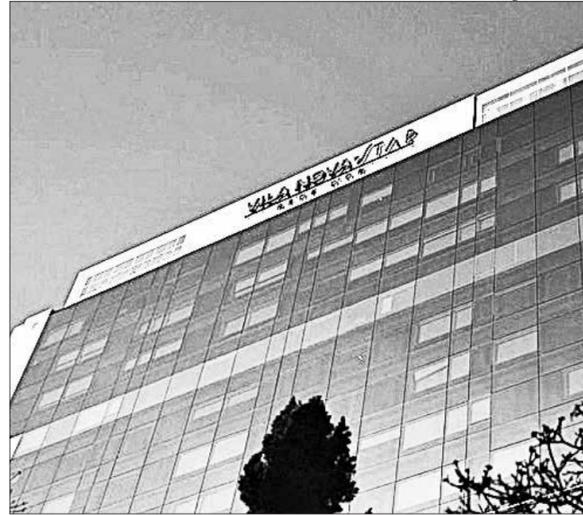
# No Twitter, Jair Bolsonaro descarta criar nova CPMF

Presidente também comentou exoneração do secretário especial da Receita

O presidente Jair Bolsonaro descartou nesta quarta (11), em mensagem no Twitter, a recriação da CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira] ou o aumento da carga tributária. Ele repercutiu ainda a exoneração do secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra. De acordo com a publicação, a saída de Cintra do cargo está ligada à defesa que o agora ex-titular da Receita fazia da criação de um novo imposto sobre movimentações financeiras.

“Paulo Guedes exonerou, a pedido, o chefe da Receita Federal por divergências no projeto da reforma tributária. A recriação da CPMF ou aumento da carga tributária estão fora da reforma tributária por determinação do Presidente”, escreveu Bolsonaro.

Na nota em que anunciou a exoneração do secretário, o Ministério da Economia destacou “que não há um projeto de reforma tributária finalizado” e que a equipe econômica “trabalha na formulação de um novo regime tributário para corrigir distorções, simplificar normas, reduzir custos, aliviar a carga tributária sobre as famílias e desonerar a folha de pagamento”.



Agência Brasil  
Presidente Jair Bolsonaro segue internado no Hospital Vila Nova Star, em São Paulo

**Repercussão** – O presidente em exercício, Hamilton Mourão, também falou sobre o caso nesta quarta. Ele disse que houve um “desgaste prematuro” da proposta de criação de um novo imposto sobre transações financeiras antes mesmo de haver uma definição por parte do próprio governo.

“Vamos supor que o governo considere que tenha que encaminhar isso ao Congresso, quem é que vai definir essa manobra? É o Congresso.

Então, eu acho que todo o desgaste prematuro em relação a isso aí não leva a nada, porque tudo isso vai ser discutido dentro do Congresso. Se o Congresso quiser, vai ocorrer. Se não quiser, não vai ocorrer. A gente se desgasta prematuramente em alguns assuntos”, afirmou a jornalista ao sair de seu gabinete no Palácio do Planalto. Mourão fica no exercício do cargo até esta quinta (12), quando Bolsonaro deve retomar o comando do país, despachando diretamente do

hospital onde está internado, em São Paulo.

Bolsonaro segue internado no Hospital Vila Nova Star, em São Paulo, onde foi submetido à uma cirurgia para correção de uma hérnia incisional. O procedimento é parte do tratamento relacionado ao ferimento de faca sofrido pelo presidente há um ano, durante um ato de campanha eleitoral.

O presidente da República, Jair Bolsonaro, não teve seu quadro clínico alterado nesta quarta. Como informado no boletim médico, em razão de uma “lentificação dos movimentos intestinais e distensão abdominal”, ele passou a ser alimentado de forma endovenosa (pela veia), e está utilizando uma sonda nasogástrica (ligada do nariz ao estômago), para diminuir a pressão no sistema digestivo.

De acordo com a assessoria do Palácio do Planalto, Bolsonaro continua a fazer caminhadas e exercício de fisioterapia. Durante a tarde ele caminhou cerca de 900 metros nos corredores do hospital.

Bolsonaro deverá reassumir oficialmente a presidência da República na sexta-feira (13), ainda no hospital. A previsão de ele voltar à Brasília permanece sendo de sete a dez dias após a operação. ■

## Greve dos Correios já afeta alguns serviços da empresa

Esquema especial foi montado para tentar minimizar os transtornos

Devido à greve dos funcionários, iniciada na noite desta terça-feira (10), um Plano de Continuidade de Negócios foi montado pelos Correios e as postagens e entregas, correspondências e encomendas Sedex e PAC nos mais de 12 mil pontos de atendimento espalhados pelo País continuarão sendo realizadas em todos os municípios. Já os serviços com hora marcada (Sedex 10, Sedex 12, Sedex Hoje) estão suspensos temporariamente, informou a empresa.

Em nota divulgada na tarde desta quarta (11), a diretoria da empresa classificou a iniciativa dos empregados da estatal de “paralisação parcial”. Segundo a diretoria, 82% do efetivo total das agências trabalharam normalmente nesta quarta-feira. Em Brasília, o percentual é de 88,47%, de acordo com a empresa.

Para minimizar eventuais impactos futuros à população, os Correios colocaram em prática seu Plano de Continuidade



Marcelo Camargo/Agência Brasil  
Greve por tempo indeterminado foi decretada nesta terça (10), durante assembleia

de Negócios, que prevê medidas como o deslocamento de empregados administrativos para auxiliar na operação, remanejamento de veículos e a realização de mutirões.

A Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (Findect) afirmou que o movimento é nacional, por

tempo indeterminado. Além de ser contrária à proposta de privatização dos Correios, a categoria reivindica a prorrogação do Acordo Coletivo de trabalho (ACT), que venceu em 31 de julho, a reposição das perdas inflacionárias dos últimos anos e a manutenção do vale-alimentação e do plano de saúde.

Nesta quarta, os Correios

entraram com uma ação de dissídio coletivo no Tribunal Superior do Trabalho (TST). De acordo com comunicado divulgado à imprensa, a empresa buscará uma solução que “não comprometa ainda mais a situação financeira” da estatal.

Segundo a nota, os Correios têm em andamento um plano de saneamento financeiro para garantir as operações de forma competitiva e sustentável. Para a empresa, algumas reivindicações dos funcionários superaram o faturamento anual da estatal.

“Desde o início de julho, a empresa participa de reuniões com os representantes dos empregados, nas quais foram apresentadas a real situação econômica da estatal e propostas para o acordo dentro das condições possíveis, considerando o prejuízo acumulado, atualmente na ordem de R\$ 3 bilhões. As federações, no entanto, apresentaram reivindicações que superaram até mesmo o faturamento anual da empresa”, diz a nota. ■

## CNJ dispensa autorização judicial para menor viajar

Regulamentação foi necessária para adequar as regras das viagens

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu que não será mais necessária autorização judicial para que crianças e adolescentes possam viajar desacompanhados dos pais ou responsáveis pelo território nacional. De acordo com o conselho, será preciso apenas a autorização dos pais ou responsáveis, por meio de documento com firma reconhecida em cartório.

A decisão foi proferida na sessão desta terça-feira (10) e foi aprovada por unanimidade. As regras terão validade após a publicação da norma. A data ainda não foi definida.

Pela decisão, a dispensa de autorização da Justiça vale para os casos em que crianças e adolescentes estiverem acompanhados de ambos genitores, em companhia de um genitor e com autorização de outro ou com parentes ou terceiros designados pelos pais ou responsáveis. As regras foram baseadas na resolução do CNJ sobre viagens de menores ao exterior, que já previu as medidas.

Segundo o conselho, um modelo de formulário de autorização será disponibilizado no site do CNJ para que os pais ou responsáveis possam

preencher os dados da viagem e levá-los ao cartório para reconhecimento de firma.

De acordo com o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, a regulamentação da matéria foi necessária para adequar as regras para viagens nacionais aos casos de viagens internacionais envolvendo menores de idade, cuja autorização judicial também ocorre somente em alguns casos. Segundo o ministro, caso contrário, as regras para viagens nacionais de menores precisariam de autorização judicial em todos os casos. ■

#### R\$ 8,4 mi para o Rio

A Justiça Federal autorizou a devolução de R\$ 8,43 milhões, resgatados pela Operação Lava Jato, à prefeitura do Rio. A decisão foi tomada pelo juiz da 7ª Vara Federal do Rio, Marcelo Bretas.

Os recursos foram recuperados durante investigações da Força Tarefa da Operação Lava Jato sobre desvios de verbas das obras do BRT (corredores exclusivos para ônibus) Transbrasil e Transcarrioca.

De acordo com a prefeitura, o município ainda precisa receber dinheiro desviados em outros esquemas de corrupção, mas o valor a ser recuperado ainda não foi calculado. ■